

Ata

Em 16 de agosto 2024, as 09 horas reuniram-se 21 conselheiros (conforme lista de presença em anexo) do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Araçuaí através da plataforma Teams para realização da 17ª Reunião Ordinária da Plenária do JQ2. A conselheira Laila (FIEMG) deu início a reunião falando sobre a aprovação da ata da 16ª reunião realizada em Carbonita. Josias leu a ata, todos foram de acordo e a ata foi aprovada. Laila (FIEMG) deu seguimento a pauta: “Apresentação do parecer técnico da câmara técnica de planejamento referente à outorga da empresa Atlas Lithium”. Explicou que foi um processo de grande porte que chegou ao comitê para ser analisado e que foi passado para a câmara técnica que é implementada hoje; a “CETPLAN”. A visita ao local (Atlas Lithium) foi realizada pelos conselheiros Rafael (IFNMG), Antônio Gomes (Sindicato dos Trabalhadores de Araçuaí), Cléa Amorim (Cáritas Diocesana de Araçuaí) e Ustane Silva Presidente do CMDRS de Araçuaí. O responsável técnico da empresa Atlas Lithium Júlio Ramos apresentou o relatório técnico de outorga cod12: “Desvio Total de Curso de Água”. Falou que o objetivo desse trabalho é o desvio total de um poço d’água superficial e nesse trabalho foram tratados alguns objetivos específicos como: Caracterização de empreendimento, justificativa para a realização, apresentação, alguns dados de estudos hidrológicos, dimensionamento hidráulicos, alguns critérios, questão de responsabilidade técnica e a parte de bibliografia. Este empreendimento está localizado zona rural do município de Araçuaí. Sobre o curso d’água: É intermitente quase o ano todo, somente em período de chuvas que existe uma pequena linha d’água. A empresa está em andamento com a regularização ambiental e a justificativa para a implementação desse desvio total ou parcial está no manual de outorga que é tratado, no decreto estadual 4.775 item IV: “Construção de dique ou desvio em corpo de água”; que fala sobre a questão do desvio de corpo d’água, e por isso a entrada do processo e das justificativas. No relatório também tem algumas questões dos aspectos fisiográficos e a caracterização do Rio Calhauzinho, o que seria um tributário do córrego. Foi apresentada uma foto do local registrada em 12 de agosto de 2023, onde mostra que leito estava completamente seco, mas mesmo assim há necessidade de fazer o desvio, justamente porque ele será parte prioritária onde a cava estaria. Apresentou também imagem do Córrego São José registrada em 12 de agosto de 2023: É um poço d’água seco, intermitente, a parte de dimensionamento hidráulico tem um perfil escavado nos pontos de intervenção, com a extensão de aproximadamente 466 metros e o curso d’água no caso teria um pouco mais. Sobre a bacia de contribuição: Nela não existe usuários à montante e nem a jusantes identificados, tem 3,5 km², o que é considerada uma bacia pequena e ela em si é praticamente toda preservada, apesar de ter uma edificação de difícil acesso. No relatório foram utilizadas todas as normativas baseados nos conhecimentos de hidrologia e hidráulica, obtiveram uma vazão alta, basicamente máxima, fizeram o dimensionamento e com uma margem de segurança baseado no que já tinham acima de 30%. Rafael da Atlas Lithium fala que este desvio foi projetado para fins de instalação da cava e exploração, então para viabilizar a operação da cava foi necessário fazer este desvio, porque o fluxo hídrico deste curso d’água intermitente do Córrego São José passava no meio da cava, por isso a operação foi projetada e o desvio é de aproximadamente 400 a 450 metros. O canal de desvio foi projetado para uma vazão de projetos superior a vazão da bacia calculada e no final do trecho do desvio haverá travessias que foram regularizadas por processos específicos. O desvio é para viabilizar a lava e reter o fluxo, porque se mantivesse dessa forma o fluxo do rio iria entrar na lava e iria inviabilizá-la, o que não seria possível em época de chuva executa-la, devido a lamina d’água que iria surgir com a água superficial, e também iria atrapalhar a jusante, porque no momento que o rio fosse para dentro da cava a jusante iria está seco, então, para fazer essa viabilidade teve que projetar este canal que está hidrologicamente e hidraulicamente bem projetado conforme os pareceres do IGAM. Rafael Petruceli (IFNMG) relata que durante a visita técnica foi investigado se existe algum usuário oficial no local e foi constatado que “não existe”, há apenas um morador na zona de cabeceira, muito distante e que tem um ciclo entre zona rural e zona urbana. Também foi questionado se este morador poderá sofrer algum tipo de impacto atual ou

futuro e eles responderam que é uma casa isolada. Concluíram que é uma área de drenagem, de cabeceira, que está preservada e que não tem relação com um possível impacto com este desvio e que também não gerará impacto na zona de cabeceira de preservação. Foi perguntado ao Marco Aurelio (Atlas Lithium) como essa alteração seria tratado de agora pra frente, porque analisando o relatório percebe-se que irá acelerar a condição de escoamento. Ele respondeu que por ser um canal que será concretado pode ser que por ventura vai acelerar e colocaram uma futura existência de uma escada de dissipação de energia, mostrando preocupação com esse cenário. Outra observação feita é que a calha do rio passa exatamente onde está a cava da mineração e que em momentos de chuvas, mesmo em região que tenha seus 700/800 milímetros, que qualquer tipo de chuva irá gerar um piscinão no meio da cava e vai inviabilizar a condução do processo. Durante o documento conclusivo que produziram foi verificado essa licença para lavra e foi citada para que pudessem conectar as informações de recursos hídricos com autorização de lavras que eles estão tendo com a agência nacional de mineração. Essa imagem que a Atlas Lithium mostra é o local onde será que feito na prática apenas a retirada do material. A planta de beneficiamento (britagem de material / redução de partícula) será numa distância um pouco mais para frente. Foi questionado a empresa em relação ao uso da água e eles responderam que eles estão buscando ao máximo trabalhar com circuito fechado, com melhor condições de aproveitamento desses recursos hídricos, ressalta também que é uma região muito seca, com o rio intermitente e que a vazão que estará passando, que ele não imaginaria seria possível passar, mas de acordo com os cálculos técnicos apresentados e aceitos pelo IGAM, são números grandes para a região e acha que em um cenário de 50 anos de expectativa, de acordo com o que foi apresentado, se essa água passar, será um cenário muito bom, mesmo que não tenhamos controle sobre ela, mas é uma água com grandes dados e números bem expressivos. Em relação a questão hídrica do processo de beneficiamento eles esperam acumular essa água de superfície em alguns lugares em que de fato na região qualquer tipo de água é muito importante, mesmo que não ocorra a presença de morador, comunidade rural, camponês, mas eles querem ter essa preservação por próprio interesse da empresa. Eles também precisam ter este cuidado, olhando não somente o ato que será modificado, mas pensando nesta condição futura:” De como é que será a água dessa região”. Foram vistos também todas as condicionantes, os programas de abrigo de fauna. Marcos Aurelio (Atlas Lithium) deixou tudo muito claro, disponibilizando imagens, relatório produzidos e toda questão socio ambiental. Foi observado também que existe o controle ambiental na região (Controle de particulados): Que é o lançamento de água na superfície para diminuir partículas na atmosfera, devido ao tráfego de caminhões onde antigamente não existiam e os caminhões usados são abastecidos em açudes. Foi observado que a área é um canal pequeno e o mineral está bem aflorado na superfície, da ordem de 3 metros já consegue encontrar um corpo rochoso, mas existe uma superfície rasa para que já seja explorado o material, e que “infelizmente” o lençol freático não está raso e existe uma dificuldade de encontra-lo, por ser uma região muito seca existe uma dificuldade de encontrar este fluxo subterrâneo. É uma hidrogeologia bem complexa com relação a que nível está essa identificação. Rafael Petruceli (IFNMG) também frisou que é uma região menos favorecida de água, tanto na superfície quanto no subsolo. Disseram que existe obrigatoriedade, por conta dos órgãos de fiscalização, controle e licenciamento, que pensou que poderia está comprometendo esses 450/ 460 metros, mesmo que o trecho seja pequeno, que pudessem influenciar algum tipo de desvio, que naturalmente a água e escoamento superficial e o escoamento subterrâneo eles tendem a se acompanhar na superfície/ no subsolo, e pensando na hidrogeologia; foi perguntado se este desvio poderia comprometer e eles responderam que seria difícil essa identificação porque não tem essa condição muito rasa de lençol freático e pelo contrário, ele está bem profundo. Após a visita de campo foi feita uma nova reunião da câmara técnica para que pudessem alinhar o raciocínio em relação ao que seria deliberado e foi sugerido que, assim como o IGAM fez eles pudessem também emitir essa nota técnica de parecer e obvio que a decisão final é da plenária do JQ2, mas que diante do olhar mais preciso dos técnicos e dos dois momentos exclusivos para tratar de assunto, foi emitido este parecer dando o acordo diante do que estava expressado pela empresa Atlas Lithium. Josias Filho, fez dois questionamentos para que ficasse lavrada em ata: 1º) Qual é a área da cessão transversal do canal? Rubens respondeu que é de 3,67 m². (item 5 do parecer de outorga). 2º) Se a área da cessão transversal do canal seria compatível com a

eventual vazão de 40,9 m³ /s? Rubens respondeu que sim; que a vazão suportada pelo canal é de 40,9 m³ /s. Rubens observou também que durante a análise do IGAM se pega a vazão máxima apresentada no relatório e fazem a estimativa da vazão, quando acontecer da vazão encontrada na análise do IGAM for superior a vazão apresentada nos estudos é solicitado que projeto seja todo retificado. Laila falou que considerando o parecer técnico do IGAM pelo deferimento e o encaminhamento da câmara técnica pelo deferimento, leu a Minuta Normativa do CBH do rio Araçuaí nº 27/2024, foi colocado em votação a deliberação do comitê no sentido do deferimento e assim foi feita a votação nominal para que seja encaminhado para o IGAM, com 16 pessoas presentes no momento da votação: Érica Soares Batista, Silvio Henrique Cruz de Vilhena, Ronisley Damasceno costa, Renato Souza Jardim, Orlando Costa de Souza , Simone Aparecida Pinheiro, Laila Tupinambá Mota, Vilson Jose de Amorim, Wender Marcos Rocha, Cleberty Ferreira, Andreia Vieira Ribeiro , Giovana Rodrigues da Luz, Simone da Paiva Silva , Josias Gomes Ribeiro Filho, Thiago Jose Ornelas Otoni e Rafael Petruceli. Assim, foi considerada aprovada a outorga da Atlas Lithium com 16 votos favoráveis. Josias falou sobre o ERCOB (Encontro Regional dos CBH da região sudeste). Evento que englobaram todos os estados da região sudeste, com aproximadamente 70 comitês, lembrou ainda que MG é o estado que mais possui comitês (33). O encontro foi muito enriquecedor, com trocas de experiência e relatos de vários comitês. Neste encontro os comitês de bacias que tiveram problemas recentes com rompimento de barragem relataram que estão superando bem as situações através de ações neste curso d'água. Em conversa com Clea, falou sobre as dificuldades que tem nos comitês do Jequitinhonha, JQ1, JQ2 e JQ3 por não ter recursos para desenvolver uma série de planos, enquanto em outros comitês tem 75 milhões de reais. “Anos de orçamento”, com barraginhas, cercamentos de nascentes, planos municipais de saneamentos básicos, ações de infraestrutura que são custeados pelos comitês dos seus territórios e principalmente vários materiais de divulgação desses comitês. Ressaltou ainda que na medida que se tem uma comunicação mais consistente, permanente e eficiente o comitê se torna conhecido e isso não obstante a todos os nossos esforços e hoje por exemplo, mesmo em uma reunião com grande quórum ficam ainda com os pés e mãos atados por não ter recursos para fazer por exemplo uma consultoria. Então o grande aprendizado que tiveram foi ver que isso será possível em um futuro breve, quando o comitê do JQ2 tiver e poder contar com recurso para desenvolver uma série de ações. Falou que Clea está numa tarefa grandiosa e que precisamos ter ações efetivas nestes comitês. Fez uma visita técnica em Abadia para conhecer o Rio Araçuaí. (“comum impacto de um lançamento de afluente não tratado”). Foi um evento muito importante, uma troca de experiência extra ordinária. Laila também participou do ERCOB: Falou que foi um evento grande, com comitês grandes e com arrecadações de aproximadamente 20/40 milhões de reais, uma realidade totalmente fora do que vivemos dentro dos comitês do Jequitinhonha e do Norte de Minas. Foi um evento onde foram apresentadas coisas maravilhosas, porém, não é nossa realidade de hoje e mesmo quando tivermos a cobrança, para poder conseguir uma arrecadação deste porte acredita que vai demorar ou até mesmo não sabe se vai chegar esse tipo de arrecadação. Embora a arrecadação com a cobrança foi aprovada, mais ainda é muito pouco perto do que foi apresentado. Falou ainda que tem que ter um novo ERCOB com comitês menores para que possam ver o que fazer juntos com o que tem, porque o que foi apresentado foi fora do que temos aqui hoje. Foi um evento bacana com troca de experiência, porém sentiu falta de mostrar os problemas por aqui. Outro ponto foi o Seminário de Desertificação do Ministério de Meio Ambiente que aconteceu em Montes Claros. Ela e Clea participaram, com dois dias de evento, foram construídas algumas pautas e deixou este informe para a próxima reunião para que Clea possa passar a visão dela sobre este evento. O seminário de crise climática aconteceu em várias regiões de Minas Gerais inclusive no município de Araçuaí com a presença dos conselheiros e o pessoal da assembleia Legislativa. Foi um seminário importante, onde se debateu questões sobre crise climática, fechou em Belo Horizonte e o relatório sobre o seminário será encaminhado via WhatsApp aos conselheiros. Rafael Petruceli disse que o seminário aconteceu da seguinte forma: Ele estava num momento grevista pela Educação Federal Brasileira e que ele não pode ir nos 7 encontros regionais: Araçuaí, Montes Claros, Itajubá, Juiz de Fora, Governador Valadares, Unaí No dia 09 de agosto reuniram-se na assembleia legislativa onde foram entregue o documento chamado de “Relatório Final”, nele foram apresentados 332 diretrizes que vão da visão desde a

sociedade civil, comunidade de maneira geral, academia, universidades, órgão do governo, IEF, IGAM e todos os demais. Ressaltou ainda que por questões técnicas, que ele evita ao máximo envolver questões políticas, mas ele precisa embasar a plenária dos deputados em momento futuro. Então neste dia foi formalizado a entrega do documento e que ele ficou muito feliz por ter sido um momento de democracia e de discursão técnicas para que pudessem entregar as melhores diretrizes divididas em 4 módulos: Institucional, Social, Grupo de Trabalho Econômico Produtivo e Ambiental. Foi convidado para apresentar a relatoria no módulo ambiental, onde ele teve seu momento de fala, apresentando as principais pautas da questão ambiental em relação ao desenvolvimento sustentável. Tiveram também a parte da gestão de bacia e principalmente a segurança hídrica para as comunidades em foco, nas regiões menos favorecidas de água, Norte de Minas e Jequitinhonha. Foi falado também sobre questões do agro, envolvendo a questão das técnicas produtivas com relação ao plantio direto, bio insumo, energia, infraestrutura urbana e principalmente relacionada ao esgotamento sanitário, em relação a perda de água pelo sistema de abastecimento antigo que temos na nossa cidade, “onde se produz água, mas boa parte fica no meio do caminho e não chega na torneira”. A questão de reciclagem, que teve um encontro muito legal em Carbonita, foi uma dinâmica que influencia diretamente nas questões hídricas da bacia. Achou um espetáculo de evento, porque essas pautas ficaram distantes, de maneira autônoma nessa câmara técnica e nesse dia foi apresentado as propostas para deputados estaduais. Lembrando que é uma situação bem inovadora e de primeira ordem, essa dinâmica foi tratada no primeiro momento em Minas Gerais, e foi levado até como estudos de casos positivos para outras nações, como exemplo, aos colegas da ONU, onde foi observado que eles levaram essa forma de tratar a temática ambiental como uma realidade de que a gente está tendo que conviver e que ele entende que esse mecanismo de raciocínio e entrega de documentos foi muito bem aceito. Não tinham grupos organizados, MST, COPASA, CEMIG, QUESTOES DAS MULHERES, CRBIO, empresas... e foi interessante, todo mundo colocando seu olhar. Não houve nenhum momento na questão de votação tudo foi concordado na redação e nos temas, algo muito bem construída 4 mãos (4 grupos) que entregaram um documento final e em outubro eles serão convocados para que possam dialogar com os deputados para ver como será implementado em relação a LOA do estado e quais são as aplicações estado / município, porque tem tarefas que são de responsabilidade do município, mas o estado irá dar este repasse. Orlando falou que a reunião na Assembleia Legislativa foi muito importante, vai de encontro com a última reunião sobre as necessidades dos municípios, principalmente no escoamento urbano e rural nas barragens e barraginhas, foi pauta do plano diretor, onde pode perceber o quanto estão carentes desses dados e foi importante está pautando em cima dessa linha. Em conversa com Clea, ele que ter este documento em mãos para ver o que eles podem estar trabalhando em cima disso, pois no comitê existem mentes / pessoas novas que podem dar um gás para que possam trazer respostas positivas. Laila disse que na reunião de Carbonita ficou faltando o último ponto de pauta do Thiago Otoni referente a retomada da campanha para a criação da identidade visual do CBH do Rio Araçuaí. EDITAL de abertura do concurso da logomarca do CBH BN Nº 6 de 2019. Na última reunião este ponto de pauta ficou para essa reunião. Thiago disse que CIDA o ajudou a ter acesso aos documentos, em seguida conversou com Isabel ex membra do comitê e ela explicou que eles queriam que este concurso tivesse uma abrangência em toda JQ2, então na época eles tinham conseguido ajuda da empresa “CREA JUNIOR” para fazer essa divulgação e em conversa com Cida novamente entenderam que hoje no comitê eles desconhecem se tem alguém que trabalhe com mídia digital capaz de fazer toda essa abrangência e assim entenderam que a ideia de Isabel era a melhor ideia possível: De tentar resgatar o contato com essa empresa “CREA JUNIOR” da cidade de Teófilo Otoni, para ver se eles ainda teriam interesse de realizar este concurso que seria a divulgação deste edital, porém, não conseguiram contato. Outra questão é que o CREA JUNIOR é composto por alunos e tem toda uma dinâmica de mudança, então o pessoal daquela época não é mais o pessoal de hoje, enfim, o segundo plano foi solicitar a empresa JUNIOR da ENGENHARIA FLORESTAL DA UFVJM, para auxiliar nesta divulgação, tendo em vista que eles têm já um conhecimento com esse trabalho de mídias digitais. E o que mudou da última reunião pra a atual? Na última reunião instituí o 07 sub comitês no qual 01 foi composto por ele, Clea e Paulo de Carbonita, foi instituído para dar andamento a este trabalho da identidade visual do JQ2. Então com essa

mudança ainda não tiveram a oportunidade de reunir, mas, com a constituição deste comitê, aproveitando a toda experiência de Clea, para ver como iria institucionalizar essa participação e firmar parceria dessa empresa junto com o comitê jq2 para a realização do concurso. Falou que teve uma reunião prévia com Clea no momento em que não existia este comitê, onde estava como conselheiro do JQ2 e nessa reunião foi aplicado qual a demanda da JUNIO ENGENHARIA FLORESTAL e eles se mostraram aptos e disposto a fazerem isso de uma maneira sem fins lucrativos e por enquanto estão neste ponto, mas assim que avançarem no assunto ele trará para o comitê. Hoje o que precisa é da orientação para saber se existe uma maneira de fazer essa parceria com eles e como seria.-Laila falou que tem de verificar junto ao IGAM como é que poderiam fazer isso, uma vez que o comitê não tem personalidade jurídica. Cristiane falou que não sabe se as denúncias foram digitalizadas, e solicitou que fossem enviadas para que possam ser avaliadas. Laila disse que irá passar essa demanda para Clea. Orlando disse que esses dois últimos tópicos que a Clea irá está explanando quando ela estiver disponível e encerrou a reunião agradecendo a todos pela participação de cada um. Laila encerrou a reunião lembrando que a próxima reunião será em Capelinha no mês de novembro provavelmente presencial. Eu, Maria Aparecida Alves Dias, auxiliar administrativa, lavrei esta ata que após lida e se aprovada será assinada pela presidente e demais conselheiros.



Documento assinado eletronicamente por **Cléa Amorim de Araújo, Presidente(a)**, em 09/12/2024, às 11:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **103212533** e o código CRC **3E60AF46**.

Referência: Processo nº 2240.01.0001980/2020-07

SEI nº 103212533